

PARA ALÉM DA MATERNIDADE: UM ESTUDO SOBRE MULHERES QUE OPTARAM POR NÃO TER FILHOS*

Isabela Lopes Viella**

Resumo: O presente artigo propôs-se a investigar a percepção de mulheres que optaram por não ter filhos acerca dessa decisão, buscando identificar os fatores que levaram as mulheres casadas a não ter filhos, bem como verificar como as mulheres casadas que optaram por não ter filhos identificam pressões sociais decorrentes dessa escolha e verificar quais as repercussões se dão em suas vidas decorrentes da opção de não ter filhos. Quanto ao método utilizado, a pesquisa definiu-se como qualitativa, exploratória e com delineamento de estudo de casos. As participantes da pesquisa foram quatro mulheres casadas, entre as idades de 30 a 50 anos, residentes da Grande Florianópolis, que tivessem optado por não ter filhos, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Para interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Por meio dessa pesquisa foi possível concluir que as mulheres sem filhos recebem o apoio de familiares e amigos mais próximos referente à sua decisão, além de perceberem e valorizarem o fato de ter mais liberdade para busca de seus objetivos pessoais por conta disso. Referente às pressões sociais, foi possível perceber que as participantes identificam uma falta de compreensão por parte das pessoas em relação à decisão. E os argumentos utilizados pelas pessoas são muito semelhantes, tais como o desconhecimento do amor verdadeiro e a falta de amparo na velhice. No que se refere às repercussões dessa escolha, as mulheres entrevistadas identificam uma rejeição nos grupos maternos, no entanto as mesmas encontram outros grupos dos quais fazem parte, em que é possível compartilhar os interesses em comum. Em contrapartida, percebe-se que o acesso e o direito aos métodos de contracepção ainda são uma realidade que pode inviabilizar a escolha de não ter filhos por opção, devido a uma dificuldade existente na sociedade no que diz respeito à discussão sobre o tema de direitos reprodutivos. Conclui-se a partir dessa pesquisa que a opção pela não maternidade gera alguns embates entre as mulheres que fizeram essa escolha, no entanto, esses não são fatores que impactam de uma maneira negativa na vida das mulheres entrevistadas, pois ao decidirem como conviver com essa escolha, as mesmas encontram caminhos diferentes de realização pessoal que não estão relacionadas ao papel materno e possibilidades que vão além da maternidade.

Palavras-chave: Maternidade. Escolha. Mulheres. Filhos.

* Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel. Orientador: Prof. Ana Maria Pereira Lopes, Dra. Palhoça, 2015.

** Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

A mulher historicamente foi considerada a principal responsável por cuidar da alimentação dos filhos e protegê-los, além de se tornar responsável por cumprir afazeres de ordem privada e doméstica. Aos homens, cabiam as tarefas braçais, como caça, pesca e a limpeza de terras aráveis (MURARO, 1995). Desde a Idade Média, com a divisão sexual de trabalho, é possível pensar nas diferenças atribuídas ao gênero, quando as atividades desempenhadas pelos homens são mais valorizadas em comparação às atividades realizadas pelas mulheres (MURARO, 1995). É no contexto do patriarcado que essa problemática fica mais perceptível, o qual, segundo Strey (1998, p. 185), "é uma forma de hierarquia, em que os homens detêm o poder e as mulheres são subordinadas". Estas são algumas das constatações que motivaram os movimentos de mulheres, que foram conquistando, através dos movimentos feministas, seu espaço para buscar direitos mais igualitários entre os sexos, busca que se constituiu como pilar básico do feminismo (STREY, 1998).

A partir do século XIX, as transformações no papel feminino começaram a ocorrer através dos movimentos sociais de mulheres em busca de reivindicações pelos seus direitos. De acordo com Strey (1998), as mulheres passaram a fazer parte da cena política, da arte e do pensamento. Também foram reconhecidas como conquistas o advento da pílula anticoncepcional no século XX, que possibilitou o controle da natalidade, e conseqüentemente, a busca pelo direito ao prazer. De acordo com Del Priore (2000, p. 11), "a pílula anticoncepcional permitiu-lhe [a mulher] fazer do sexo não mais uma questão moral, mas de bem-estar e prazer". No entanto, segundo a autora, o ato físico, desejo e excitação física ainda são vistos como domínio de responsabilidade masculina, sendo que dessa maneira a mulher ainda tem como desconhecida a existência do seu desejo.

Em meio ao movimento das mulheres em busca dos seus direitos, também entrou em discussão a escolha acerca da maternidade. Segundo Del Priore (2000, p. 14), "a subordinação da mulher expressava-se, ainda, na sua capacidade de reproduzir, quando solicitada pelos homens [...] em todas as culturas a mulher é objeto de desejo. Em pouquíssimas, esse desejo estaria dissociado de sua aptidão para a maternidade". Mas, no Brasil Colonial, nem sempre a aceitação a essa norma ocorreu. A prática do abandono de filhos era comum e envolvia diversas razões. As crianças abandonadas eram deixadas na "roda dos expostos", a qual foi implantada no início do

século XVIII, na cidade de Salvador da Bahia (MARCILIO, 1997). Segundo Venâncio (2006), as crianças eram deixadas nas ruas e isso causava indignação à sociedade, a qual acreditava na danação das almas daqueles que não recebessem o batismo. Desse modo, as câmaras passaram a dar um incentivo financeiro às famílias que pegassem um recém-nascido abandonado para criar e batizar, porém esse valor deixava de ser oferecido quando a criança completava sete anos. Por esse motivo, foi dada às Santas Casas a função de implementar outro sistema de auxílio aos abandonados, o qual foi denominado de roda dos expostos. A roda de expostos era instalada em instituições de caridades, normalmente religiosas, a qual consistia em:

Dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCILIO, 1997, p. 55).

Segundo Venâncio (2006), dentre os motivos dos abandonos estariam a tentativa de encobrir nascimentos ilegítimos, condições de miséria e indigência, as mortes dos pais, a condenação moral e familiar diante dos amores proibidos, entre outros. No entanto, deve-se considerar que cada situação tinha suas especificidades próprias. Conforme o autor (2006, p.199), “os impedimentos morais, a condenação das mães solteiras, principalmente das brancas, certamente contribuíram para a multiplicação de enjeitados. Mas não se deve explicar o abandono de milhares de crianças contentando-se a uma única causa”.

Nesse sentido, é possível questionar até que ponto a maternidade é uma vontade própria da mulher ou está associada ao papel que a sociedade espera que a mulher desempenhe. Há uma tendência natural para a maternidade nas mulheres? Badinter (1985) questiona a existência do amor materno ao lembrar que, durante o século XVIII, as mães pariam seus filhos, e logo após, os mesmos eram entregues às amas-de-leite para serem amamentados, voltando à sua família biológica apenas dois anos depois. A partir disso, a autora ressalta que os valores da sociedade têm um grande peso sobre os desejos e as decisões das pessoas.

Simone de Beauvoir, em seu livro “O segundo sexo” (1967), também faz uma crítica à noção de que toda mulher tem uma vocação natural para a maternidade, ao afirmar que “a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade” (p. 248). Além de tentar romper com a visão romantizada do papel materno, também trata em sua obra o tema referente ao aborto, ao criticar sua criminalização. A partir dos assuntos

abordados pela autora, pode-se pensar como eles se apresentam na contemporaneidade, visto que esses temas ainda geram grande repercussão e debates.

Diante de todas as conquistas alcançadas pelas mulheres, garantindo maior liberdade e independência, a maternidade deixa de ocupar o papel principal na vida de muitas delas para dar espaço aos objetivos diferentes ao de tornar-se mãe (CORRÊA; PETCHESKY, 1996). Desse modo, cabe discutir sobre os direitos reprodutivos e sexuais da mulher, que se ligam também às questões de gênero difundidas na sociedade. De acordo com Corrêa e Petchesky (1996), a luta das mulheres em busca desses direitos é uma dificuldade, pois ainda existe o entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos são vistos como “liberdades privadas” ou “escolhas”, e não como direitos sociais, ou seja, está relacionado a uma escolha da esfera privada, podendo ser entendido como uma escolha egoísta. Ou seja, a escolha é vista como algo pessoal, enquanto os direitos sociais devem ser disponibilizados para grupos que sofrem desigualdades. Ao se tratar da liberdade das mulheres em relação à reprodução, as autoras citam artigos escritos por feministas, nos quais “elas demonstram, ao contrário, que tais decisões são geralmente tomadas sob enormes pressões da família, da comunidade e da sociedade – que reforçam as normas reprodutivas vigentes [...]” (CORRÊA; PETCHESKY, 1996, p. 156). De acordo com as autoras, as mulheres ainda não têm total autonomia acerca das escolhas sobre o seu próprio corpo, por conta do suposto papel que devem ocupar na sociedade.

O debate acerca dos direitos sexuais e reprodutivos tem causado embates em diferentes âmbitos sociopolíticos. Conforme Barroso (1987), a atuação das feministas pode influenciar na construção das leis constitucionais quando o assunto se refere à decisão de ter filhos. Exemplo disso é que ao se tratar do dever do Estado em fornecer os métodos anticoncepcionais, a Igreja Católica também é afetada devido ao confronto em relação aos seus interesses, ligados à ideia de que a anticoncepção é pecado (BARROSO, 1987).

No que diz respeito ao início do uso do termo “direitos reprodutivos”, Corrêa e Petchesky (1996) apontam que é de origem recente e pode ter se originado com a fundação da Rede Nacional pelos Direitos Reprodutivos, em 1979, nos Estados Unidos. De acordo com Toneli (2006), foi na I Conferência Mundial de Direitos Humanos, no ano de 1968, em Teerã, que o direito da pessoa se decidir sobre sua reprodução foi reconhecido. Ao se tratar de direitos sexuais e reprodutivos, Corrêa e Petchesky (1996), se referem a vários aspectos, como: poder tomar decisões obtendo informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos

filhos, saúde ginecológica e atividade sexual, noções de integridade corporal e controle sobre o próprio corpo.

De acordo com Ávila (2003), os direitos reprodutivos estão relacionados à igualdade e liberdade na esfera da vida reprodutiva, enquanto os direitos sexuais se relacionam à igualdade e liberdade no exercício da sexualidade, e a autora propõe tratá-los como campos separados, de modo a assegurar a autonomia dessas duas esferas da vida. Concordando com Corrêa e Petchesky (1996), Ávila (2003) também coloca em discussão o direito a gravidez, parto, puerpério, concepção, contracepção, aborto, entre outros. No entanto, destaca que há uma dificuldade de o poder público reconhecer que as questões sobre reprodução e sexualidade estão inseridas no campo das políticas de saúde, pois “os tabus e os preconceitos sobre a vida sexual e reprodutiva ao longo da história recente, têm se constituído em um impedimento para uma atenção integral de qualidade nesses terrenos” (ÁVILA, 2003, p. 469).

A fim de auxiliar as mulheres na busca pelos seus direitos sexuais e reprodutivos, além de oferecer uma maior atenção à sua saúde integral, três marcos nacionais foram importantes para tentar alcançar esses objetivos. O primeiro deles foi o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado oficialmente pelo Ministério da Saúde em 1984, o qual propunha um atendimento à saúde reprodutiva das mulheres durante todo seu ciclo vital, e não somente durante o período gravídico-puerperal; no entanto, sua implementação não ocorreu em todo território nacional devido às dificuldades políticas, financeiras e operacionais (BRASIL, 2013). O segundo marco foi a Constituição Federal de 1988, Art. 226, § 7º, a qual trata do direito ao livre planejamento familiar:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (BRASIL, 1988).

O terceiro marco é a Lei nº 9.263 de 1996, a qual regulamenta o § 7º do Art. 226 da Constituição Federal. Esta lei, em seu Art. 9º trata da assistência à concepção e contracepção e estabelece que: “Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção” (BRASIL, 1996).

Apesar dos auxílios oferecidos na lei e na Constituição Federal, o apoio do governo às mulheres ainda deixa a desejar, fazendo-se necessário que estas recorram às tecnologias

reprodutivas como alternativas para o controle da natalidade. No entanto, quando se trata das mulheres mais pobres, os recursos são limitados. De acordo com Barroso (1987), as tecnologias de contracepção não lhes são acessíveis, pois os preços são altos e alguns são de difícil acesso, como o Dispositivo Intra-Uterino (DIU) e o diafragma. Além disso, é comum que muitas mulheres façam o uso de método anticoncepcional sem acompanhamento médico, como no caso da pílula. Desse modo aumentam as chances de colocarem em risco a saúde, devido aos efeitos colaterais ou uso errado (BARROSO, 1987).

Outros métodos bastante utilizados pelas mulheres, segundo Barroso (1987), são a esterilização e o aborto, sendo que o primeiro é um método irreversível e realizado comumente na condição de semiclandestinidade, podendo também gerar complicações na saúde da mulher e o segundo, considerado criminoso, com possibilidades de acarretar sequelas graves ou até mesmo letais. De acordo com Scavone (2002), é necessário que haja uma atenção aos métodos contraceptivos utilizados, principalmente em relação à esterilização, pois além de ser um método que possa causar arrependimento, também pode trazer danos à saúde da mulher. Para a autora (2002, p. 145), “o uso de uma tecnologia avançada é feito experimentalmente em mulheres que são pobres, dos países de terceiro, quarto mundo e com mulheres pobres ou imigrantes dos países de primeiro mundo”. Desse modo, torna-se importante também que as mulheres procurem conhecer melhor os métodos disponíveis e tenham esclarecimentos quanto aos prováveis riscos.

Com o objetivo de lutar contra o apoio governamental ao controle da natalidade, a Igreja Católica surgiu como um importante grupo de pressão. Mattar e Diniz (2012) apontam que a falta de políticas públicas impede que ocorram avanços em relação a autonomia sexual e reprodutiva, e isso significa que há uma grande interferência do Estado e das Igrejas sobre o corpo e a vida das mulheres. Conforme cita Barroso (1987), os principais argumentos utilizados pela igreja eram de que o controle da natalidade não influencia nos problemas de subdesenvolvimento e pobreza; cada casal pode escolher o tamanho da sua família, sem interferência do Estado; e o Brasil não deveria se render às pressões estrangeiras que falam sobre a importância do limite da população.

Algumas mudanças em relação a reprodução podem ser percebidas na Igreja Católica com a assunção do Papa Francisco, em 2013, trazendo novas formas de compreender e lidar com assuntos como o aborto e contracepção. No entanto, ao se tratar dos direitos ao corpo da mulher e direitos reprodutivos, ainda há uma tendência, tanto por parte da igreja como da sociedade em

geral, em enfatizar um modelo familiar ou modo de viver que deva ser seguido. Para Mattar e Diniz (2012, p. 108), “muitas mulheres perderam a autodeterminação sobre seus próprios corpos, que passaram a ser regulados por todos: Estado, sociedade e Igreja[...]”.

No debate sobre mulheres que não optaram pela maternidade, é importante levar em consideração que essa opção está ligada às transformações no campo do gênero e do sexo, bem como compreender as visões das mesmas acerca da sua identidade, a qual é definida por Jacques (1998, p. 161) como "identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias)". Quando se fala em identidade social, presume-se que há normas comuns a serem seguidas pela sociedade, as quais, segundo Goffman (1988), já estão incorporadas nos indivíduos. De acordo com Mansur (2003, p. 03), as mulheres sem filhos “são frequentemente estigmatizadas, e a manutenção dos preconceitos geralmente provoca sentimentos de exclusão e anormalidade”, pois a maternidade ainda é vista como um papel que completa a mulher e permite que esta estabeleça sua pertinência no mundo feminino e ocupe seu lugar no âmbito sócio-cultural. Citando Goffman (1982), Mansur (2003, p. 03), diz que “a própria sociedade incumbe-se de estabelecer os meios de classificar as pessoas e o conjunto de atributos considerados comuns e naturais para os membros de determinada categoria”.

Goffman (1988) afirma que as pessoas, ao conhecerem alguém estranho, criam concepções e expectativas sobre aquilo que o indivíduo deveria ser, porém, ao perceberem que este indivíduo possui um atributo que o torna diferente dos outros, ele deixa de ser visto com alguém comum e total, passando a ser visto como alguém diminuído. Goffman (1988) explica que essa característica é o estigma, “especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (p. 12), e “a partir do reconhecimento de um atributo depreciativo, a pessoa ‘diferente’ é discriminada, desumanizada e desvalorizada, passando a ter suas chances de realização na vida bastante diminuídas” (MANSUR, 2003, p. 03).

Nesse sentido, Mansur (2003, p. 02) afirma que “o tema da maternidade mobiliza emocionalmente qualquer mulher, pois ela sabe que não ter filhos, por opção ou circunstância, implica não realizar um potencial, desviar-se de uma norma secular e instaurar uma significativa e incômoda diferença”. A partir do momento em que os requisitos a serem cumpridos por uma

pessoa não forem preenchidos, haverá uma visão dessa pessoa como inadequada ou inferior, podendo ser alvo de estigmatização (GOFFMAN, 1988).

Apesar da dificuldade de aceitação referente à opção das mulheres que não quiseram ter filhos, pode-se perceber que o número de filhos por casal tem diminuído no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), a taxa de fecundidade total no Brasil em 2010 era de 2,39 filhos por mulher, passando para 1,77 em 2013, o que representa uma queda de 26% no número de filhos. A proporção de casais sem filhos também aumentou, passando de 14,6% em 2004, para 19,4% em 2014, representando um crescimento de 33%. A partir dos dados apresentados, pode-se constatar que nos últimos anos, novos arranjos familiares têm se constituído e se tornado mais comuns.

Levando em consideração que o fato de ser mãe é mais aceito socialmente em comparação às mulheres que preferem não ter filhos, é possível pensar na mulher que opta por não ter filhos como uma pessoa que está sujeita a sofrer preconceitos por conta dessa escolha. Com a finalidade de compreender o fenômeno referente à opção de mulheres que optaram por não ter filhos, partiu-se de uma perspectiva adotada por Goffman, baseada na interação social, a qual busca compreender como os indivíduos se organizam na sociedade nas relações sociais. De acordo com Martins (p. 235, 2011), “os inúmeros conceitos desenvolvidos por Goffman para investigar a ordem interacional têm contribuído para analisar uma variedade de fenômenos que ocorrem em diferentes contextos da sociedade contemporânea”. Desse modo, o presente trabalho pretende responder à seguinte pergunta: qual a percepção de mulheres que optaram por não ter filhos, acerca dessa decisão? Para responder essa questão, foi proposto como objetivo geral da pesquisa compreender a percepção de mulheres casadas que optaram por não ter filhos acerca dessa decisão. Como objetivos específicos foram definidos três, os quais são: identificar quais os fatores levaram as mulheres casadas a optarem por não ter filhos, verificar como mulheres casadas que optaram por não ter filhos identificam pressões sociais decorrentes dessa decisão e verificar quais repercussões se dão na vida das mulheres casadas decorrentes da opção de não ter filhos.

A busca bibliográfica referente ao tema de mulheres que optaram por não ter filhos foi feita a partir das bases de dados SciELO, LILACS e Portal CAPES, entre o período de março e abril de 2015. Dentre os termos utilizados no campo de busca, alguns foram pesquisados separadamente e outros combinados entre si, sendo eles: não-maternidade, maternidade,

mulher/mulheres, escolha, gênero, filhos, feminismo e feminilidade. Ao total foram encontrados 236 trabalhos com os termos utilizados, no entanto, o número de trabalhos selecionados que correspondia diretamente ao tema pesquisado foi 9, sendo todos artigos, os quais variavam entre os anos de 2001 a 2012.

Dentre eles, um artigo falava sobre a autoestima em mães e não-mães (SOUZA, FERREIRA, 2005), três tratavam do processo de escolha pela não-maternidade (MANSUR, 2003; SCAVONE, 2001a; PATIAS, BUAES, 2012), dois sobre casais sem filhos por opção (RIOS, GOMES; RIOS, GOMES, 2009a), um sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional (SMEHA, CALVANO, 2009), um sobre a relação do feminismo e a opção pela não-maternidade (SCAVONE, 2001) e um sobre a noção de ser mulher (BARBOSA, ROCHA-COUTINHO, 2012).

O presente estudo pretende colaborar com a promoção de debates relacionados aos direitos reprodutivos da mulher, a fim de proporcionar maior conhecimento para a sociedade acerca da liberdade de escolha que as mulheres têm em relação ao seu corpo e as reivindicações a esses direitos. Também é possível pensar que o estudo possa contribuir para a discussão sobre novas estruturas familiares, que vão além da tradicional, caracterizada pela presença do homem, da mulher e do filho. A partir disso, pode-se refletir sobre como as mudanças familiares e sexuais ocorreram durante os séculos e compreender que, no século XXI, a realidade é diferente, devido algumas conquistas alcançadas, já citadas anteriormente, como a pílula anticoncepcional e os direitos políticos.

Apesar dessas mudanças no cenário, ao se tratar sobre os direitos reprodutivos e o corpo da mulher, pode-se perceber que são necessários muitos avanços a fim de garantir maior liberdade de escolha para as mulheres. Exemplos dessa realidade são as mulheres que frequentemente levam uma gravidez sob pressão da família e conhecidos e a procura por abortos clandestinos, que ocorrem pelo fato de essa ainda ser uma prática ilegal em muitos lugares (CORRÊA E PETCHESKY, 1996).

2 MÉTODO

Tratou-se de um estudo qualitativo, exploratório e com delineamento de estudo de caso, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa vinculado à instituição em que foi

realizado e que teve como objetivo compreender a percepção de mulheres que não querem ter filhos acerca dessa decisão.

A seleção das participantes ocorreu por indicação de pessoas conhecidas pela pesquisadora e pelo contato com mulheres por meio de uma mídia social. Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa eram: ser do sexo feminino, residente na Grande Florianópolis, casada, ter entre 30 e 50 anos e ter optado por não ter filhos. A faixa etária inicial de 30 anos justificou-se pelo fato de se compreender que a decisão de não ter filhos faz parte de um processo gradual na vida dos sujeitos e que pode demandar um tempo até ser consolidado, enquanto a opção pela faixa etária final de 50 anos justificou-se pela maturação biológica, quando as chances de se conceber um filho são menores devido ao avanço da idade.

Após a identificação das participantes, foi feito contato com as mesmas por telefone e por meio da mídia social, de modo a agendar um horário para a realização de um encontro para as devidas explicações da pesquisa e a aplicação do instrumento de coleta de dados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres que se encaixavam no perfil. Os nomes utilizados para identificar as participantes foram fictícios e escolhidos pela pesquisadora, exceto por uma que optou por sugerir. A identificação das mesmas pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 01 – Identificação das participantes da pesquisa

Participantes da pesquisa	Idade	Escolaridade	Profissão
Ana	32	Ensino Superior Completo	Fotógrafa
Corine	37	Ensino Superior Completo	Designer de produtos manuais
Medeia	43	Cursando Ensino Superior	Educadora pública
Tábata	36	Ensino Superior Completo	Fisioterapeuta

Fonte: Elaboração da autora, 2015.

No momento do encontro, após as explicações dos objetivos da pesquisa, foram entregues dois termos às participantes, sendo eles: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento de Gravação de Voz. Foram ressaltados verbalmente os pontos principais dos termos e as participantes foram convidadas a lerem individualmente os mesmos,

para posteriormente assiná-los. Uma cópia permaneceu com as participantes da pesquisa e a outra foi entregue à pesquisadora, a qual permanecerá com os termos assinados por um período de cinco anos.

Os locais onde foram realizadas as entrevistas eram livres de ruídos e garantiam a privacidade das participantes, além de terem sido escolhidos conforme a disponibilidade das mesmas. Uma das participantes foi entrevistada em sua residência, outra foi entrevistada no espaço cedido pela instituição à qual a pesquisa está vinculada e duas em seu local de trabalho. As entrevistas foram registradas com gravador de voz e celular para que fossem transcritas posteriormente e a média de duração foi de 27 minutos. No final das entrevistas, as participantes foram informadas que teriam acesso aos resultados por meio do comparecimento à apresentação do trabalho. Cabe ressaltar que antes da realização da entrevista com as participantes, foi feito um piloto do instrumento de coleta de dados, com uma pessoa conhecida da pesquisadora e que também se incluía nos critérios de seleção de participantes, de modo a verificar a adequação do instrumento e ajustá-lo, caso fosse necessário.

Com as informações extraídas, todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, e a partir disso, foram elaborados à priori os eixos de análise, que se referem aos objetivos específicos. Dentro dos eixos de análise foram criadas as categorias à posteriori, de acordo com as respostas dadas pelas participantes. Além disso, as respostas foram articuladas com o referencial teórico abordado. Para avaliar os dados obtidos foi escolhido como método a análise de conteúdo, que tem como objetivo avaliar o conteúdo das mensagens que serão transmitidas durante a entrevista e que possibilitam descobrir o que há além do que é manifestado (MINAYO, 2009).

3 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa, os quais foram divididos em três eixos temáticos, sendo eles: fatores que levaram as mulheres casadas a optarem por não ter filhos; as pressões sociais decorrentes dessa decisão e as repercussões na vida dessas mulheres decorrentes dessa decisão.

3.1 Fatores que levaram as mulheres casadas a optarem por não ter filhos

A análise dos motivos que levaram as mulheres a optarem por não ter filhos será feita por meio da organização de quatro categorias, criadas a partir da fala das participantes que correspondem ao objetivo proposto, sendo eles: **fatores da infância, aceitação de familiares e amigos, liberdade e dificuldades para criação do filho.**

A categoria **fatores da infância** está ligada a uma atribuição das mulheres entrevistadas à infância no que diz respeito ao desinteresse do papel da maternidade, a qual foi justificada pela preferência de outros brinquedos e brincadeiras durante a infância que não tivessem relação com bonecas. Essa percepção aparece na fala de Medeia, ao afirmar: *“até as minhas brincadeiras assim, de infância não estavam relacionadas a maternidade assim. Não gostava muito de brincar de boneca. Eu ganhava boneca, mas não era muito importante para mim, eu gostava de fazer outras coisas”*. Ao se analisar esse dado, é possível considerar que a escolha, desde a infância pela opção de não ter filhos, está ligada a uma construção social que foi se desenvolvendo ao longo da vida de cada sujeito.

Há uma mudança histórica relativa à possibilidade de as mulheres se expressassem mais no que diz respeito às suas vontades e escolhas, a qual, segundo Strey (1998), começou a ocorrer no século XIX. Desse modo, cabe refletir se o desinteresse pela maternidade desde a infância, identificado pelas participantes, teria alguma relação com a maior liberdade que as mulheres foram adquirindo com o passar dos séculos. Comparado a uma época em que a norma era casar, ter filhos e constituir uma família tradicional, a função materna deixou de ser uma obrigação para se tornar uma opção. De acordo com Frota (2007, p. 148), “a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são exatamente iguais às do século passado, nem serão idênticas às que virão nos próximos séculos”.

Ao abordar a historicidade do brincar, para Brougère (2010), as brincadeiras executadas pelas meninas comumente reforçam uma permanência no espaço interno, relacionado ao espaço familiar da casa, em contraposição ao espaço externo, que está relacionado ao universo do trabalho. Ou seja, as brincadeiras têm elementos sociais e culturais, que fazem parte de uma tradição e estão ligadas a uma reprodução da realidade. No entanto, vale ressaltar que a decisão por não ter filhos está relacionada a uma série de fatores que podem ter contribuído para essa

escolha e o desinteresse por brincadeiras com bonecas na infância não deve ser interpretado como determinante por um viés natural ou biológico.

Na categoria **aceitação de familiares e amigos** foram agrupados trechos que demonstram o apoio dos pais, amigos mais próximos, amigas que tem filhos e marido. Na comunicação com os pais sobre a opção de não ter filhos, Tábata relata:

[...] mas os meus pais digamos que eles até me apoiam na minha decisão, eles acham que eu tenho que viver a vida que eu acho que eu vou ficar mais feliz, né, se é de um jeito ou de outro, com filho ou sem filho...então, dos meus pais, que é um dos meus familiares mais próximos, eles me apoiam.

Por meio dessa fala pode-se pensar que o entendimento dos pais pela escolha e o apoio dado por eles talvez tenha facilitado a tomada dessa decisão. O mesmo ocorre em relação aos amigos. A partir disso, percebe-se que as pessoas com uma relação mais próxima das participantes aceitam com maior facilidade e menos questionamentos a escolha de não ter filhos, sendo inclusive também presente o incentivo por parte das mulheres que tem filhos, conforme citam algumas entrevistadas.

No que diz respeito ao papel da família tradicional, pode-se afirmar que houve mudanças. De acordo com Amazonas e Braga (2006), o que existem são várias famílias e não uma única forma de modelo familiar. Para as autoras (2006, p. 178), isso se deve também à “participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticoncepcionais; as transformações ocorridas nos papéis parentais e de gênero”. Nesse sentido, é possível compreender que a maior responsabilidade feminina pelo filho não é mais central. Nas famílias em que o casal é homossexual, possivelmente, ambos dividirão os cuidados, pois neste caso a forma de constituição do casal é diferente da tradicional. Deixa de ser presente a figura da mãe que deve sempre estar atenta ao filho, por possuir uma ligação maior com o mesmo. Provavelmente nessa situação, não haverá ou haverá de uma forma menos rígida a presença daquela autoridade paterna absoluta.

De acordo com Rios e Gomes (2009), a opção de ter filhos não depende e não é uma escolha somente da mulher. A visão tradicionalista de que a mulher deve se responsabilizar mais pelo filho em comparação ao pai perde espaço diante dos novos modelos familiares. Além disso, as autoras também ressaltam que os casais vêm construindo um espaço de conjugalidade, baseado nos interesses em comum, nos projetos de vida, tendo foco na aliança e sexualidade. É a partir

desses aspectos estabelecidos que será pensada a parentalidade, caso essa seja uma vontade do casal.

Na categoria **liberdade** foram selecionadas as falas que remetessem aos fatores vistos como benéficos pelas mulheres diante da escolha de não ter filhos, como: horários livres, gastos direcionados a si própria, possibilidade de viajar, manutenção da rotina, foco na carreira profissional e independência. No que diz respeito à liberdade, Medeira retrata uma época em que eram presentes os movimentos sociais que buscavam por isso: *“a motivação principal de eu não ter filhos é justamente a questão da liberdade mesmo, sabe [...] eu fui jovem, adolescente nos anos 80. Nos anos 80 que iniciou esse processo assim de liberalização sexual, né”*. Conforme citam Narvaz e Koller (2006), o movimento feminista foi composto por três fases, as quais ocorreram em diferentes épocas e tiveram temáticas distintas conforme as principais demandas de cada momento. Foram presentes nesse contexto lutas que exigiam mais direitos para as mulheres, dentre eles o direito ao corpo, o qual está também relacionado à livre escolha pela maternidade.

Referente ao que é visto como liberdade para as entrevistadas, as conquistas que ocorreram continuam refletindo na maneira em que houve a busca pela independência feminina. A liberdade também se dá no contexto da carreira profissional. De acordo com Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), a entrada da mulher no mercado de trabalho se intensificou a partir dos anos 1950, mas ainda há uma diferença em relação à remuneração e os tipos de atividades realizadas pelos sexos masculino e feminino. Essa realidade permite concluir que ainda é presente uma divisão sexual do trabalho, baseada nas desigualdades de gênero. Em contrapartida, a possibilidade de inserção nos diferentes âmbitos sociais permitiu que as mulheres obtivessem uma posição de maior autonomia, a qual não exige que sua função seja realizada no espaço privado de casa. A saída mais constante da mulher para outros espaços, além do doméstico, também permitiu que a ideia do homem como quem provê o sustento da família não fosse necessariamente a única opção possível.

A categoria **dificuldades para criação dos filhos** está relacionada aos aspectos que são vistos pelas mulheres como limitadores para a criação de uma criança. Alguns desses aspectos são: ansiedade, superproteção, educação, mundo perigoso e violento. Como é possível perceber, alguns dos aspectos abordados estão mais relacionados aos sentimentos individuais de cada mulher, enquanto outros estão ligados a fatores externos. Sobre os sentimentos individuais,

é exposta uma insegurança relacionada à incapacidade de educar e cuidar de uma criança. Isso pode ser percebido na fala de Medeia, ao afirmar:

Eu já pensei como seria eu como mãe, né. Eu penso muito mais em relação à educação né, a educação das crianças [...] eu também tenho a questão de incompetência, de achar que eu não dou conta, sabe, assim, eu não posso negar isso. De achar assim que eu não daria conta de cuidar de um outro ser tão pequeno e tal.

O papel materno sempre foi supervalorizado e visto como obrigatório para toda mulher, fosse ela pertencente à classe baixa ou à burguesia. De acordo com Badinter (1985), foi criada uma imagem da mãe, a qual zela e sacrifica-se pelo seu filho. Para a autora (1985, p. 206), “a mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas [...], seus deveres começam desde que ela engravida”. Essas afirmações refletem a visão de que as mulheres nasceram com o objetivo de procriar e criar seus filhos, como se tivessem nascido com essas habilidades e prontas para exercer essa função. Diante dessas concepções, a mulher que se vê diferente do papel considerado ideal, com dúvidas e receios em relação aos cuidados necessários aos filhos, tende a se sentir inferior ou incapaz de lidar com situações decorrentes da função materna. Talvez exista uma idealização de como deva ser o perfil materno ou quem tem maiores chances de ter sucesso ao assumir o papel de mãe.

No que diz respeito aos fatores externos relacionados a essa categoria, são expostos aspectos como os valores individuais cada vez mais presente nas relações, o mundo capitalista e presença de violência. Conforme relata Ana: “*eu não consigo ver como colocar uma criança nesse mundo louco, que as pessoas tão cada vez mais pensando em si mesmas, não consegue pensar no outro [...] antes você tinha uma comunidade, você pensava mais nos outros, hoje em dia já não. As pessoas estão cada vez mais individualistas*”. De acordo com Frota (2007, p. 148), “a infância que conhecemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas”. Ou seja, a criança nascida no século XXI, esteve exposta a uma realidade de grande avanço tecnológico, na qual foi possível ter acesso a várias inovações, resultando também em uma nova maneira de vivenciar as relações. A realidade social mudou e junto com ela mudaram as formas de comunicação e os valores. Por conta disso, e de outros fatores, a visão capitalista na sociedade ganhou força. De acordo com Bauman (p. 45), “o desvanecimento das habilidades de sociabilidade é reforçado e acelerado pela tendência, inspirada no estilo de vida consumista dominante”. Nesse sentido, quem possui mais tem maior poder e é mais aceito. Levando em consideração essa realidade, é possível compreender o motivo

da insegurança das mulheres ao expressarem a dúvida de como seria criar uma criança no século XXI.

A partir da análise do primeiro eixo temático foi possível perceber que as mulheres que optaram por não ter filhos recebem o apoio de algumas pessoas, destacando-se os familiares ou amigos mais próximos. Isso pode propiciar que as mesmas se sintam mais seguras ao tornar essa escolha definitiva. Outro fator identificado como motivador está ligado à possibilidade de ter uma vida mais livre, de modo que as mulheres tenham mais tempo para investir em si próprias e alcançar os planos e objetivos de vida com mais rapidez e dedicação. Cabe também destacar a insegurança das mulheres em relação à criação dos filhos como fator que influencia a escolha por não tê-los. A esse respeito questiona-se o quanto as mulheres são cobradas em relação à criação dos filhos. Inclusive para as que são mães, há críticas referentes ao modo individual de cada uma educar seus filhos e quais os valores devem ser passados para eles. Não são incomuns os apontamentos de culpa direcionados a uma mãe devido às escolhas ou aos caminhos tomados por alguns filhos. Em qualquer dimensão, seja mãe ou não, há uma cobrança sobre cada papel exercido na vida da mulher, acarretando dessa forma em dúvidas que as próprias são levadas a suscitar em cada momento de suas vidas.

3.2 Pressões sociais decorrentes da decisão de não ter filhos

Nesse eixo serão analisadas as pressões sofridas pelas mulheres acerca da decisão de não ter filhos, as quais continuam aparecendo na vida das mulheres de diferentes formas. Para responder a esse objetivo, foram criadas oito categorias, as quais são: **cobrança de familiares e amigos, falta de amparo na velhice, desconhecimento do amor verdadeiro, desconfiança de infertilidade, cobrança de profissionais da saúde, insatisfação do marido, opiniões reforçadoras de estereótipos e julgamentos de desconhecidos.**

A categoria **cobrança de familiares e amigos** está relacionada às pressões identificadas pelas participantes por parte da família (pais, irmãos, avós, tios) e amigos. As entrevistadas também relatam sobre o momento em que é feita essa exigência pelas pessoas, o qual ocorreu após o casamento. Conforme relata Medeira: *“enquanto eu tive solteira não era uma, uma... pressão, digamos assim né. É... eles achavam natural, mas mesmo assim havia uma...havia uma certa pressão no sentido de que eu teria que me casar para poder ter idade de*

ter filhos”. De acordo com Smeha e Calvano (2009), as mulheres tinham sua figura relacionada às funções de mãe e esposa, e atualmente, as suas opções na vida são maiores. Isso significa dizer que a pressão social sempre foi muito grande com as mulheres e continua sendo, apesar de uma maior flexibilidade em relação aos papéis predeterminados.

Pode-se perceber na fala da participante que a cobrança de ter filhos é apenas uma a mais além das outras que já foram vivenciadas. Segundo as entrevistadas, a pressão ocorre por etapas, sendo que a inicial se dá ao serem questionadas sobre quando irão encontrar um parceiro, seguida pela cobrança do casamento e posteriormente pela cobrança por filhos. No entanto, em relação ao último ponto, as mesmas relatam estar acostumadas com esse tipo de exigência, por ser algo que já dura há algum tempo. Diante disso, cabe refletir que talvez a cobrança resultante de familiares e amigos mais próximos aconteça de uma forma menos invasiva. De qualquer modo, a cobrança é presente, independente do grupo no qual ela aparece, e pode ocorrer de diversas formas.

A categoria **falta de amparo na velhice** diz respeito às advertências feitas pelas pessoas em relação a como será a velhice das mulheres sem o apoio dos filhos para auxiliarem nos seus cuidados. Todas as participantes disseram ter ouvido, em algum momento, um comentário a respeito disso. Conforme relata Corine:

Já escutei gente falar assim “ah, mas quem que vai cuidar de você na velhice?”, como se filho fosse pra cuidar, por isso que eu falo aquilo do egoísmo, assim. Você vai ter filho pra você ficar velho e ter alguém pra cuidar de você? Não faz sentido algum, né. Até porque nem acontece isso muitas vezes.

Silva e Frizzo (2014), em revisão bibliográfica sobre a opção de não ter filhos, citam um estudo feito com mulheres sem filhos sobre suas reflexões acerca do envelhecimento, onde se conclui que “embora essas mulheres pensassem sobre a possibilidade de precisarem de cuidados na velhice, elas se mostraram conscientes de que ter um filho não representa uma garantia de cuidado e conforto durante esse estágio da vida” (p. 10). Pode-se pensar que, ao se falar sobre o amparo durante a velhice, a primeira ideia é de que este ficará sob o cuidado dos filhos, no entanto, é possível encontrar outras maneiras de passar por essa etapa.

De acordo com Goffman (1988, p. 138), “devemos nos preocupar menos com os desvios pouco habituais que se afastam do comum do que com os desvios habituais que se afastam do comum”. As pessoas tendem a naturalizar uma alternativa universal para determinadas situações que as impedem de enxergar novas opções. Isso também tem a ver com as

normas já preestabelecidas socialmente, porém deve-se considerar cada sujeito dentro de sua realidade e possibilidades, de modo a reconhecer sua história, cultura e meio em que está inserido. Dentro dessa perspectiva se tornaria possível uma transformação naquilo que já se encontra estabelecido.

A categoria **desconhecimento do amor verdadeiro** está relacionada aos argumentos utilizados pelas pessoas para demonstrar que não há conhecimento do que é amor verdadeiro até o momento de se ter um filho. Ao ser abordada essa temática, a entrevistada Ana relata: *“se você só realmente descobre o que é amar depois que você tem um filho, então você nunca amou de verdade seus pais, nunca amou seu marido, sabe? Eu sei que deve ser um amor diferente, um tipo de amor diferente, mas...eu não consigo entender essa coisa do amor de verdade”*. Em consonância, Badinter (1985) questiona a ideia de amor materno como algo inerente a todas as mulheres. De acordo com a autora (1985, p. 14), é questionável que “a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas”.

Conforme as falas das entrevistadas, e no que se refere às ideias propostas por Badinter, a maternidade e o amor materno podem ser interpretados como obrigações, além de serem entendidos como o momento mais marcante e especial na vida de uma mulher. No entanto, conforme a entrevistada, o amor também está presente na relação com outras pessoas, e não somente ao se tratar do amor dirigido ao filho. Diante disso, cabe questionar o que leva o amor materno a ser tão mais valorizado em comparação ao amor pelo parceiro, pelos pais ou por outras pessoas. Badinter (1985) fala sobre o papel de boa mãe, que passou a ser cumprido pelas mulheres de todas as classes, desde o final do século XVIII, o qual garantia a elas um *status* social positivo, além de possibilitar que se vissem como alguém desempenhando um papel importante e gratificante. Entende-se a partir da autora que a mulher como sujeito vem ganhando espaços com possibilidade de maior resistência às normativas para ser reconhecida. Por outro lado, a realidade de alguma heteronomia, possivelmente está ainda presente no século XXI. Contudo, a função relacionada ao cuidado de um filho exige muita dedicação por parte da mãe, por mais que seja mais comum a maior frequência da ajuda do parceiro ou de outros familiares. Atrelada a essa função também existe a ideia de que a partir disso a mulher se mostra como alguém capaz de lidar com os impasses e dificuldades decorrentes desse processo de ser mãe,

além de conseguir investir todo seu amor naquele filho, o qual exige boa parte do seu tempo. De acordo com Badinter (1985, p. 145), existe uma “exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade”.

A categoria **desconfiança de infertilidade** se refere às especulações feitas pelas pessoas sobre a impossibilidade de engravidar da mulher que não tem filho ou à infertilidade por parte do marido. Conforme relata Ana: *“muitas vezes eu já escutei que na verdade não é que eu não quero ser mãe, é que eu não posso e que eu fico dizendo que não quero porque eu não consegui engravidar. Tem até isso”*. Pode-se pensar, a partir dessa fala, que existe um estigma relacionado à condição pela qual a mulher optou, o qual se refere a ideia de que ela seja infértil. Segundo Mansur (2003, p. 7), “não querer um filho é diferente de querer e não ser capaz de ter”. A autora também aponta que os termos “estéril” e “infértil” já têm uma função pejorativa que designa a mulher como alguém sem vida, seca ou vazia, e servem de parâmetro para avaliar sua feminilidade por meio da sua possibilidade ou não de fecundidade. Diante disso cabe ressaltar que a opção por não ter filhos ser relacionada a uma impossibilidade e decorrente de uma patologia pode, por vezes, fazer com que a mulher seja vista como defeituosa e inferior, pela qual se tem também um sentimento de piedade. Conforme relata Mansur (2003), a capacidade da mulher se reproduzir é algo que coloca em jogo sua feminilidade. Quando esse requisito não pode ser cumprido, significa que as normas sociais estão sendo transgredidas. A partir da fala exposta pela participante cabe refletir sobre a dificuldade social de compreensão acerca da opção por não ter filhos, visto que o estigma referente a infertilidade parece ser mais aceito em comparação à uma possibilidade de fazer a escolha livremente.

A categoria **cobrança de profissionais da saúde** diz respeito à pressão feita por profissionais da saúde em relação a ter filhos em face do relógio biológico, pois com o passar dos anos não será mais possível repensar essa decisão. Conforme relata Corine: *“até quando vai na médica, a médica já... tem até a pressão do médico, da ginecologista, ‘Ah, você não vai querer ter filho? Ah, tem que pensar’. Às vezes eu tenho mais pressão dela do que dos meus pais”*. De acordo com Mansur (2003, p. 8), “pode ocorrer também que terapeutas ainda presos a condicionamentos ideológicos não questionados atribuam um valor excessivo ao desejo de ter filhos, que seria preciso assumir para voltar à normalidade”. Sabe-se que muitas tecnologias reprodutivas foram criadas de forma a possibilitar que as mulheres tivessem maiores chances de procriar, apesar das dificuldades biológicas existentes, as quais funcionam em torno de

direcionamentos capitalistas. Por outro lado, as mesmas tecnologias também permitiram recorrer a métodos que visam à contracepção, também com interesses econômicos.

No entanto, ao se comparar as tecnologias conceptivas às contraceptivas, pode-se perceber que para recorrer às últimas, de acordo com a Lei nº 9.263 de 1996 (BRASIL, 1996), a qual se refere ao planejamento familiar, é necessário atender ao menos a dois dos critérios, os quais são: ter mais de 25 anos ou ter dois filhos. Em contrapartida, para se ter acesso às tecnologias de concepção, não há critérios específicos que devam ser seguidos. Desse modo, cabe refletir sobre qual o motivo faz com que seja mais simples ter acesso a um tipo de intervenção comparado a outra. Uma das justificativas utilizadas diz respeito à irreversibilidade de procedimentos na contracepção, como a laqueadura e vasectomia, logo essa decisão deve ser tomada com cautela de modo a evitar arrependimentos. Todavia, a partir do momento em que uma tecnologia conceptiva é visada, (por exemplo, a reprodução assistida) ela também fica sujeita a reavaliações e reflexões, levando, portanto, a considerar que o argumento referente a um possível arrependimento deva ser repensado. De certo modo, após a concretização de um procedimento que se destina a concepção, ele também se torna irreversível.

A categoria **insatisfação do marido** está relacionada às perguntas feitas para as mulheres em relação à satisfação do desejo do marido de ter um filho. Conforme relata Ana, são despertados sentimentos nela a respeito desses questionamentos: *“Mas uma coisa que ainda me estressa muito e ainda me deixa muito chateada é... quando perguntam [...]isso na frente de nós dois, ‘ah, mas vocês não vão ter filhos, e ele? Ele não quer ter filhos? Você não vai dar um filho pra ele?’, sabe?”*. A partir dessa fala, pode-se pensar que, além da cobrança para ter filhos, é presente a ideia de que a mulher tem uma cobrança para satisfazer as vontades do marido também. Nesse sentido, cabe ressaltar as desigualdades de gênero. Conforme expõe Strey (1998), existem várias teorias que contextualizam sobre a hierarquia de gênero e em todas expostas pela autora, as mulheres são vistas como subordinadas aos homens.

Na perspectiva da subordinação vista como um processo histórico, a hierarquia de gênero aparece desde a formação do Estado, quando as mulheres tiveram sua autoridade diminuída. Para Strey (1998, p. 193), “a esfera civil cria a situação na qual as pessoas podem ser consideradas somente em termos de seu sexo”. Nesse sentido, a partir do que é trazido pela entrevistada citada, pode-se perceber que essa visão de mulher subordinada ao marido é presente até o século XXI, confirmadas pelas falas dirigidas que refletem um problema social, baseado nas

diferenças biológicas. Conforme cita Beauvoir (1967, p. 7), “educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem”. Além disso, a decisão por ter filhos não é somente tomada por uma das pessoas na relação, não devendo ser escolha feita unicamente pela mulher ou homem. Quando há um casal, ambos devem participar dessa escolha. Nesse sentido, cabe também compreender o que leva não somente a mulher, mas também o homem a optar por ter ou não filhos.

A categoria **opiniões reforçadoras de estereótipos** se relaciona às opiniões ou comentários que reforçam estereótipos ou ideias acerca da decisão, as quais são relacionadas ao preconceito, machismo, visão como egoísta e como doença. A esse respeito, Ana relata:

Então, só realmente esse tipo de... de opinião diferente, mas preconceituosa é que realmente me incomoda [...] tipo ser chamada de burra, de... é...me fugiu a palavra, de egoísta, é... que eu acho uma forma de preconceito, querendo ou não, mas nenhum tipo extremamente forte de preconceito por não querer ter filhos.

Conforme cita a entrevistada, há uma avaliação feita por aqueles que enxergam a escolha de não ter filhos como algo incomum. Nesse sentido, pode-se pensar que ao serem avaliadas ou vítimas de preconceito, as mulheres entrevistadas passam por situação em que estão sujeitas a sofrerem algum tipo de estereotipia. Segundo Goffman (1988, p. 61), o estereótipo tem a ver com “o ‘perfil’ de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter [...] ou seja, pessoas que caem em categorias muito amplas e que podem ser estranhas para nós”. Já o estigma, segundo o mesmo autor (1988), é considerado um atributo que surte em um efeito de descrédito muito grande e extremamente depreciativo.

A partir da noção de estigma e estereótipo, pode-se dizer que as mesmas identificam alguns preconceitos referentes à opção de não ter filhos, no entanto, eles não têm uma dimensão tão grande ao ponto de impedi-las de conviverem socialmente com outras pessoas que tem uma visão diferente. Ou seja, nessa pesquisa, não foi identificado um estigma numa proporção tão intensa referente à condição das mulheres sem filhos – apesar de serem presentes muitas características relacionadas a ele -, porém essa escolha pode influenciar em alguns aspectos de suas vidas, de modo a estarem sujeitas a opiniões que vão de encontro às suas próprias.

Na categoria **julgamento de desconhecidos**, as entrevistadas relatam sentir mais pressão de pessoas que acabaram de conhecer e criticam essa opção com maior frequência do que pessoas já conhecidas. Conforme relata Corine: *“as vezes eu sinto mais pressão de outras pessoas que as vezes nem são tão amigas assim, é conhecido... ‘ai, você não vai ter filho’.* *Aquele*

preconceito que já vem... muito mais do que na própria família. Então, assim, é mais as pessoas que não tem nada a ver comigo". Ao abordar essa relação com pessoas que não têm proximidade, Goffman (1988) aponta que a partir do momento que a particularidade da pessoa é percebida, ela fica sujeita a invasões de privacidade, nas quais pessoas estranhas "se sentem livres para entabular conversas nas quais expressam o que ela considera uma curiosidade mórbida sobre a sua condição" (p. 25).

Desse modo, pode-se entender que há uma distinção na relação entre pessoas que já são próximas daquela considerada diferente, em comparação às pessoas que há pouco tempo conheceram e souberam da decisão, as quais acabam adotando uma postura de curiosidade para o entendimento dessa condição. Confirmando essa ideia, Goffman (1988, p. 61) também afirma que "na medida em que as pessoas relacionam-se mais intimamente, essa aproximação categórica cede, pouco a pouco, à simpatia, compreensão e à avaliação realística de qualidades pessoais". Assim, é possível também compreender que o apoio familiar e de amigos está mais presente devido à um entendimento mais pessoal e melhor conhecimento das características da pessoa.

A partir das categorias analisadas, foi possível identificar a quais pressões sociais as mulheres que optaram por não ter filhos estão submetidas e de que maneira isso ocorre. Percebe-se que a cobrança pode aparecer por parte da família, amigos e também desconhecidos. No entanto, nesse último grupo, ela aparece de maneira mais evidente e é interpretada pelas mulheres como uma abordagem mais ofensiva. Dentro dessa ótica, nota-se que os modos de enxergar ou lidar com uma situação diferente daquela naturalizada ainda causa estranhamento e muitas vezes opiniões preconcebidas que deixam de ser consideradas dentro de um contexto específico. No que se refere à cobrança dos profissionais da saúde, deve-se refletir sobre a falta de imparcialidade ao se aproximar de uma decisão que está ligada à saúde e vontade da mulher. A gravidez envolve aspectos biológicos e emocionais que precisam ser vistos como um todo de modo a avaliar qual a melhor opção para a mulher. Essa é uma decisão que deve ser bem analisada e pontuada pelos profissionais, pois todos os aspectos envolvidos vão além de um cumprimento de normas estabelecidas. Impor ou tentar influenciar a ocorrência de uma gravidez por parte de profissionais da saúde são atitudes questionáveis e passíveis de maiores reflexões, pois estão relacionadas a questões éticas e que geram uma grande mudança na vida da pessoa.

Além disso, grande parte das pressões sofridas estão relacionadas a uma problemática de gênero, na qual a mulher deve agir de determinada maneira, pois esse é o comportamento

esperado pela sociedade. O reforço gerado pela divisão de papéis vem de ambos os sexos, e não somente por parte do homem. Sem dúvidas, a luta das mulheres por mais direitos, a qual foi possível devido aos movimentos feministas, permitiu importantes ganhos e maior igualdade entre homens e mulheres. No entanto, o pensamento que há na cultura em que as pessoas estão inseridas reflete uma ideia ainda muito arcaica sobre a diferenciação dos papéis entre os sexos, a qual tem influência de séculos passados e permanece ainda no século XXI. Esses achados fazem refletir sobre até que ponto houve uma mudança significativa em relação às atitudes que são bem aceitas pelas mulheres e até que ponto elas garantiram uma verdadeira autonomia.

3.3 Repercussões na vida das mulheres que optaram por não ter filhos

Em certa linha de continuidade às cobranças feitas às mulheres, nesse eixo buscou-se compreender como a pressão pela decisão de não ter filhos repercutiu mais definitivamente na vida das mulheres, ou seja, quais as possíveis consequências acarretadas nas suas vidas a partir dessa escolha. Para responder a esse eixo, relacionado ao terceiro objetivo, foram criadas cinco categorias: **exclusão social, estranhamento de mulheres com filhos, aproximação de pessoas com mesma opção, dúvidas em relação à decisão e formas de evitação da gravidez.**

Na categoria **exclusão social**, foram selecionadas falas que tratassem da rejeição de mulheres sem filhos em determinados grupos devido a sua escolha e também à incompatibilidade de interesses. Ao expor uma situação em que a exclusão social foi presente, Corine relata:

Como eu tenho o meu negócio que é de bolsas feitas a mão, as vezes eu faço alguns bazares e tal, e tem um bazar daqui que é voltado pro público de mães e coisas de bebê [...] então uma vez eu quis participar, “ah, mas você não é mãe”. Daí eu achei engraçado porque eu trabalho com a minha mãe, e eu falei “não, mas aqui é mãe e filha, eu sou a filha, é a minha mãe e eu sou a filha”. Daí eles assim “ah, então você pode participar”.

Esse momento destacado por Ana se relaciona à noção que se tem de exclusão social mencionada por Jodelet (2008, p. 58), a qual a explica como “um sentimento de incompatibilidade entre os interesses coletivos próprios às comunidades em contato e o temor de uma ‘privação fraterna’ afetando as posições e privilégios daquela à qual pertencemos”. Ou seja, a partir do momento que uma pessoa expõe suas características a um determinado grupo, a mesma está sujeita a ser ou não aceita pelas pessoas que o compõem. Quando os ideais dessa pessoa não estão de acordo com o grupo, além de ela ser rejeitada, corre o risco de precisar se explicar diante da sua particularidade. A esse respeito, pode-se destacar a necessidade existente

de aceitação e pertencimento a um grupo que permita que o sujeito se sinta incluído na sociedade e compartilhe opiniões semelhantes com outras pessoas.

Na categoria **estranhamento de mulheres com filhos**, as entrevistadas relatam perceber diferença no tratamento das mulheres com filhos e também o distanciamento por não terem essa característica em comum. Conforme cita Corine: “*grupos de mães é uma coisa muito fechada, é... mães jovens contra as mulheres que não tem filhos, que é totalmente descabido assim, né*”. É possível perceber que as próprias mulheres assumem uma posição de embate por conta de uma opção pessoal diferente, e, além disso, ignoram as que não optaram pela mesma escolha. Pode-se pensar que isso ocorre devido à cultura a qual as pessoas estão submetidas, em que a mulher ainda tem uma autonomia menor e que a diferença de gênero é bem evidente. Conforme cita Strey (1998, p. 183), “o gênero depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em homem e uma fêmea em uma mulher”.

Ao se discutir sobre desigualdades de gênero é comum partir da ideia de que elas existem devido a maior importância dada ao papel masculino e à sua superioridade sob as mulheres. É inegável dizer que isso não ocorra de fato, no entanto cabe refletir se é possível responsabilizar apenas os homens pelas consequências dessas desigualdades. Com base nas falas colocadas, torna-se possível compreender que aparentemente muitas diferenças sociais ainda persistem devido à manutenção das próprias mulheres acerca do seu modo de lidar com determinadas situações, as quais também são generalizadas e possivelmente ausentes de maiores avaliações. Talvez a presença de uma cultura com fortes ideais relacionados ao papel da mulher submissa ao homem influencie tanto a maneira de se colocar diante de determinadas situações sociais, de modo a poder pensar que muitas mulheres aceitam a regra social conforme está estabelecida e não se imponham diante disso. Nesse sentido cabe refletir até que ponto isso não reflete na maneira delas aceitarem sem questionar o fato de que também devem ter um filho e se dedicarem exclusivamente a ele. Da mesma maneira em que não se pode afirmar que o machismo contra mulheres vem apenas do homem, não se deveria pensar que todas as mulheres estão dispostas a mudar essa visão e lutar pela igualdade.

Na categoria **aproximação de pessoas com mesma opção** foram selecionadas falas que demonstrassem identificação entre mulheres sem filhos, ou seja, com mesma opção. A esse respeito, Corine relata: “*na minha rede a maioria não tem [...] Quem tem filho né, é uma outra história, as vezes não pode, não tá livre pra fazer o que quer como a gente que não tem, então...*”

acaba se distanciando um pouco”. A partir da fala, pode-se perceber que as pessoas que compartilham dos mesmos gostos criam uma relação mais próxima, pois está presente uma harmonia entre as possibilidades de realizar atividades juntamente e ao tempo vago. Além disso, cria-se por meio dos interesses em comum uma chance de pertencer a um grupo. Conforme exposto na categoria anterior, existe um estranhamento de mulheres que não querem ter filhos diante das que os tem, o que gera uma falta de aceitação no último grupo. No entanto, deve-se refletir sobre a importância de as mulheres mães e aquelas sem filhos fazerem parte de mesmo grupo social, apesar da diferença de escolhas. Até mesmo porque essas diferenças podem ser potenciais para o questionamento dos papéis destinados a mulheres.

De acordo com Jacques (1998, p. 164), “ao mesmo tempo que o indivíduo se representa semelhante ao outro a partir de sua pertença a grupos e/ou categorias, percebe sua unicidade a partir de sua diferença”. A unicidade colocada pelo autor está então relacionada à sua identidade pessoal, a qual, para Goffman (1988), diz respeito ao conhecimento próprio da pessoa, na qual ela se identifica como diferente e como única. A identidade social também propicia que o sujeito se inclua na sociedade, podendo ter seus atributos reconhecidos (GOFFMAN, 1988). A partir disso, pode-se pensar que a identidade social de uma pessoa a exclua de um determinado grupo, o qual não compactua com os mesmos interesses dela, mas por outro lado a permita fazer parte de outro grupo que a reconhece e aceita diante da sua diversidade.

A categoria **dúvidas em relação à decisão** diz respeito a alguns receios identificados pelas mulheres diante da escolha de não ter filhos. Elas se referem a um possível arrependimento decorrente da escolha e relacionado ao avanço da idade e a uma possibilidade de haver o lado negativo em não ter filhos. Nessa perspectiva, Corine relata:

Depois dos 30, tu começa a pensar “eu realmente não quero ter?” é... “uma hora posso me arrepender e daí já vou tá velha pra ter filho”[...]até vou te dizer assim que as vezes eu paro pra pensar né daquilo que eu te falei... “ah, eu vou me arrepender, eu já tenho 37 anos, daqui a pouco, sei lá...gravidez de risco ter o primeiro”. Eu penso...

De acordo com Rios e Gomes (2009a, p. 313), esses sentimentos de dúvidas são comuns diante dessa escolha, pois “a aceitação de algo novo diante do instituído promove sempre uma ‘mobilização’ no *status quo*, podendo gerar sentimentos ambivalentes e conflitantes”. Pode-se pensar a partir disso que a pressão e regras sociais já aceitas fazem com que as pessoas se questionem sobre determinadas situações, e não somente no que se refere a opção de ter filhos. Possivelmente, sentimentos ambivalentes também são presentes em mulheres que já tiveram

filhos ou até mesmo as que estão passando pela gravidez. Desse modo, é importante avaliar quais as expectativas envolvidas ao decidir pela escolha de ter ou não filhos, levando em consideração que a pressão social e a idealização que se tem em torno da maternidade é algo comum.

A categoria **formas de evitação da gravidez** diz respeito a busca de alternativas relacionadas as tecnologias de reprodução para interrupção de uma gravidez. Ao se tratar disso, uma das entrevistadas, Ana, diz ter recorrido ao aborto e comenta como se deu esse momento em sua vida:

Mas eu já soube o que é estar grávida e realmente foi um desespero, sabe? Foi uma coisa que...posso dizer que foi a pior experiência da minha vida. Ahn, não cheguei a falar sobre isso com a família, com os amigos porque é como a gente falou aquela hora. É... as pessoas realmente não compreendem. É... pra você fazer um aborto, você tem que ter sido estuprada, ou tem que “ah, você tem uma situação extremamente complicada pra você conseguir ter essa ideia”, mas não. É...depois disso realmente é que eu vi que...foi o momento que...eu sempre tive certeza que eu não queria, mas a partir do momento daquele momento que eu vi que...não! Não mesmo, sabe? Foi o momento acho que mais decisivo de...de que isso não é pra mim.

Quando expõe as intercorrências referentes à realização do aborto, a entrevistada aborda vários aspectos relacionados às consequências de optar por esse procedimento, como a não comunicação para familiares, a ilegalidade do aborto e a certeza da necessidade de passar por esse processo. No que diz respeito a guardar a informação para si em relação a realização do aborto, pode-se pensar que este é um procedimento que causa surpresa para as pessoas, devido também ao fato de ser ainda ilegal e visto como um ato cruel. Nesse sentido, a problemática do aborto ganha uma importância por ser tratada como um estigma. Conforme cita Goffman (1988), há tipos de estigma em que a pessoa deve ser extremamente reservada em relação à sua condição ao se relacionar com um grupo de pessoas. Essa necessidade de privação é abordada em relação à realização do aborto, pois a mulher que o faz está sujeita a sofrer preconceitos e ser julgada. Para reforçar essa ideia, entra em questão o aborto visto como uma prática ilegal, o que aumenta o estigma sobre ele por precisar ser realizado de forma clandestina, além de colocar em risco a saúde da mulher.

Ao abordar a história de luta no Brasil referente à descriminalização do aborto, Aldana e Winckler (2009) apontam que a década de 1990 foi marcada pelas tentativas de legalizá-lo. No entanto, até o século XXI não houve avanço nesse sentido. Diante disso pode-se pensar na resistência presente e na falta de políticas públicas que maximizem o cuidado referente ao direito sexual e reprodutivo da mulher, fazendo com que seja necessário recorrer a procedimentos inseguros, que de certa forma, acaba por financiar também um comércio ilegal.

Ou seja, além da mulher optar por um método considerado controverso e que por si só gera preconceitos, a mesma também está sujeita a ser alvo de críticas por ter que recorrer a práticas ilegais, de modo a conseguir ter seus direitos garantidos.

Ainda em relação aos métodos disponíveis, é apontado que o anticoncepcional também é utilizado como maneira de evitar que ocorra uma gravidez, porém não existe uma garantia de que isso não irá ocorrer, pois é um método que está sujeito a falhas, além de não haver indicações para mulheres de como utilizá-lo. Conforme cita Ana: *“Eu trabalhei na saúde um tempo e eu vi algumas mulheres que não sabiam usar anticoncepcional e muitas vezes o médico não falava como é que usava. É... algumas não podiam tomar o anticoncepcional, engravidavam e aí... e as vezes “ah, não, mas engravidou porque quis”*. Nesse sentido, pode-se perceber que utilizar o anticoncepcional foi uma saída encontrada para evitar a gravidez, porém a falta de conhecimento de algumas mulheres também não permite que sua eficácia seja completa. No entanto, o dever de explicar como a utilização deve ser feita é falha quando se refere a uma obrigação que é função dos médicos ou demais profissionais da saúde. A partir disso, pode-se afirmar sobre a necessidade de ampliação das metodologias adotadas para fazer valer os direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

A partir das categorias identificadas nesse eixo, foi possível perceber que a escolha de não ter filhos repercute de uma forma muito variada na vida das mulheres, indo desde uma exclusão social em um grupo específico até a indiferença médica no que se refere às formas de evitar uma gravidez indesejada. No entanto, é possível perceber que as mulheres também encontram maneiras de lidar com as situações desafiantes que possam aparecer decorrentes dessa decisão.

De modo geral, conclui-se, a partir desse eixo, que a escolha por não ter filhos não acarreta em grandes dificuldades para as mulheres e não prejudica a maneira de vivenciar as situações cotidianas a ponto de atrapalhar suas vidas. Por esse motivo, o fato de optar por não ter filhos deve ser repensado ao ser considerado um estigma, conforme citam algumas pesquisas, pois não gera um sofrimento exacerbado para as mulheres, apesar de haver opiniões referentes a não escolha que sejam preconceituosas. O estigma refere-se a uma marca na pessoa, a qual passa a ser vista de um modo extremamente depreciativo. Nesse sentido, de acordo com o que é trazido pela entrevistada ao falar sobre aborto, pode-se pensar que uma mulher que o realiza está mais sujeita a ser estigmatizada em comparação a mulher que não quis ter filhos por opção. O tema

referente ao aborto ainda é visto como um tabu, pelo fato de ser ilegal (salvo exceções) e considerado socialmente como um homicídio contra outra pessoa. No que diz respeito à relação de profissionais da saúde com o tema de direitos reprodutivos, é importante pensar em como a ideia de ter filhos é ainda bastante reforçada por eles e o que leva a essa lógica de reprodução que parece ser colocada de uma maneira tão primordial na vida de uma mulher.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi utilizada a perspectiva baseada na ordem social, proposta por Goffman, para compreender a percepção de mulheres que optaram por não ter filhos. Nesse sentido, deve ser considerado não apenas o indivíduo isolado, mas focar nas suas interações sociais, as quais influenciam na sua imagem social, como seu papel será desempenhado e interpretado socialmente. De acordo com Martins (p. 235, 2011), “uma vez que determinado indivíduo projeta certas características sociais num processo interacional, espera moralmente que os demais o tratem de acordo com o que as pessoas de sua condição social têm o direito de esperar”.

A importância desse tema se dá devido a um olhar diferenciado presente na sociedade dirigido às mulheres que optaram por não ter filhos, o qual reforça ideias preconcebidas a respeito dessa escolha e possibilita a ocorrência de preconceitos sobre quem se vê diante dessa realidade. Nota-se ainda a existência de julgamentos no que diz respeito a uma escolha particular e a necessidade de corresponder a padrões sociais há muito tempo estabelecidos, fatores esses que refletem uma falta de autonomia para a tomada de decisões existenciais do sujeito. Diante disso cabe questionar até que ponto a sociedade evoluiu em termos de garantias de direitos e compreensão das diferenças individuais.

A partir da pesquisa percebeu-se que os motivos da escolha estão relacionados a uma vontade da mulher em alcançar suas conquistas pessoais por outros modos, como a dedicação a carreira, um maior investimento no relacionamento amoroso e por meio da liberdade, de modo que ela foque em si mesma e garanta mais autonomia para administrar sua própria vida. A recusa a esse papel materno também se dá devido à clareza que as participantes têm sobre a responsabilidade ao cuidar de um filho e educá-lo. Essas certezas aparecem ao abordarem que, por mais que o marido possa ser mais presente, ele ainda ocupa um lugar secundário no cuidado

com o filho. Quanto a isso cabe refletir se esse papel secundário é produto de uma divisão relacionada ao gênero ou se realmente seria possível que o homem assumisse uma posição mais ativa, levando em consideração que ao nascer, o filho já entra em contato com a mãe por necessidades biológicas, as quais o homem não pode exercer. Diante disso, sugere-se como possibilidades de pesquisas investigar qual a opinião do homem e do casal no que se refere à falta de vontade em relação a ter filhos, visto que, a partir do momento em que ambos decidem ter um filho, se deparam com uma realidade diferente. Nota-se que as pesquisas privilegiam as mulheres ao abordar essa problemática, no entanto, quando há um casal, as duas pessoas na relação se tornam responsáveis pelos cuidados, independente de quem seja a responsabilidade maior. De qualquer modo, percebe-se que a mulher está mais sujeita a críticas, tendo ou não filhos. Conforme apontaram as entrevistadas, temem por tê-los também por conta das regras colocadas sobre como deve-se criar os filhos, fazendo com que as mesmas sejam responsabilizadas caso algo aconteça com eles.

Em relação as pressões sofridas referentes a opção de não ter filhos, foi possível perceber que algumas situações desagradáveis ocorrem por conta dessa opção, mas não foi possível chegar à conclusão de que isso possa ser caracterizado como um estigma, pois a proporção em que essa problemática afeta a vida das mulheres não se dá de modo que elas necessitem evitar situações sociais ou se privar de realizar determinadas atividades por conta disso. O lado negativo dessa opção se reflete mais diante das relações com outras mulheres com filhos e dos argumentos colocados pelas pessoas como forma de convencer quais os benefícios de ser mãe, porém, não é algo que cause sofrimento a essas mulheres. Sabe-se que, com o surgimento dos movimentos feministas, muitas conquistas ocorreram em benefício das mulheres, no entanto ao se olhar mais de perto, nota-se que certas visões ainda são muito relacionadas ao modelo tido como padrão.

Nessa perspectiva, cabe pontuar que a decisão por não ter filhos, após consolidada, repercute de diversas maneiras na vida da mulher, sendo comuns a exclusão social por grupos de mães, dúvidas em relação a decisão e a busca de maneiras para evitação da gravidez. Quanto a exclusão nos grupos de mãe, pode-se pensar que isso se relaciona a uma cultura que serve de referência há muitos séculos, fazendo com que certos comportamentos sejam naturalizados e não questionados. Quando as próprias mulheres se mostram aversivas a um novo modo de vivenciar a família, em que ter um filho não é mais um destino seguido por todas, pode-se refletir sobre qual

o significado dessa função. Ter um filho necessariamente significa que ele foi desejado ou é somente mais um papel social exercido sem questionamentos pela mulher? Até que ponto esse é um desejo real ou está relacionado a demonstração de um potencial em que a mulher ganha possibilidade de ser vista como alguém capaz de realizar diversas atividades?

Ao se tratar dos métodos para a evitação da gravidez, entra em debate o tema referente aos direitos reprodutivos. As mulheres enfrentam situações em que são impedidas de controlar sua vontade em relação a sua vida reprodutiva, defrontando-se com políticas públicas que favorecem a concepção, mas tornam a contracepção uma realidade mais difícil de ser alcançada, tanto em relação aos métodos disponíveis que não são evidenciados pelos profissionais da saúde, quanto à proibição do aborto, visto ainda como uma brutalidade. Essa concepção também é reforçada por profissionais, os quais deveriam mostrar as possibilidades de utilização de todos os métodos disponíveis. Chega-se a pensar que o fato disso não ocorrer esteja relacionado não somente a um ideal social que também é presente na área da saúde, mas talvez ao próprio desconhecimento da existência dos direitos reprodutivos da mulher e a falta de contato com esse tema. Nesse sentido, sugere-se que sejam feitas pesquisas que tratem do conhecimento dos profissionais da saúde e do grau de instrução acerca dos direitos reprodutivos e como é a relação deles com pacientes que trazem essa problemática. Além disso, sugere-se também pesquisas que busquem compreender qual a lógica referente ao discurso focado na reprodução, tendo em vista que há um grande incentivo para que isso ocorra. Por mais que o tema de direitos reprodutivos esteja sendo debatido em alguma proporção, parece que ainda faltam mais estudos que possam conscientizar as pessoas do que isso se trata.

Nota-se que a problemática referente as diferenças de gênero está ainda muito arraigada e isso transparece em todos os aspectos ao se identificar quais as pressões ocorrem com as mulheres sem filhos. É possível pensar que, apesar das críticas e preconceitos ligados a opção, é a partir da quebra dos modelos tradicionais que a mudança fica mais evidente e as normas já estabelecidas vão perdendo espaço para dar frente a modelos novos. Ou seja, ao mesmo tempo em que as mulheres sem filhos estão sujeitas a críticas, também são elas as responsáveis por ir de encontro a ideia aceita e possibilitar transformações na sociedade, em que as mesmas possam viver suas vidas com foco nos interesses próprios e dedicando seu tempo em atividades que vão além da maternidade.

REFERÊNCIAS

ALDANA, M; WINCKLER, S. Direitos reprodutivos: debates e disputas sobre o direito ao aborto no contexto da redemocratização do Brasil. **Rev. Sequência**, Florianópolis, v. 30, n. 58, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n58p167>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

AMAZONAS, M. C. L. de A.; BRAGA, M. da G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2015.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000800027&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, P. Z; ROCHA-COUTINHO, M. L. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2015.

BARROSO, C. Direitos Reprodutivos: a realidade social e o debate político. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 62, 1987. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1256>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. 2013. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CORRÊA, S; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311996000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2015.

DEL PRIORE, M. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. [Internet]. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

JACQUES, M. da G. Identidade. In: JACQUES, M. da G.; STREY, M. N. **Psicologia social contemporânea**: livro texto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 53-66.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2015.

MANSUR, L. H. B. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2015.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 51-76.

MARTINS, C. B. A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 77, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2015.

MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 40, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2015.

PATIAS, N. D; BUAES, C. S. "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2015.

RIOS, M. G; GOMES, I. C. Casamento contemporâneo: revisão da literatura acerca da opção por não ter filhos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 26, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2015.

RIOS, M. G; GOMES, I. C. Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 14, n. 2, 2009a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2015.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SCAVONE, L. Impactos das novas tecnologias reprodutivas. In: COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. B (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 141 – 149.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 5, n. 8, 2001a. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SILVA, I. M. da; FRIZZO, G. B. Ter ou não ter?: Uma revisão da literatura sobre casais sem filhos por opção. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2015.

SMEHA, L. N.; CALVANO, L. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 27, n. 58, 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?ddl=3248&dd99=view>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SOUZA, D. B. L. de; FERREIRA, M. C. Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 10, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2015

STREY, M. N. Gênero. In: JACQUES, M. da G.; STREY, M. N. **Psicologia social contemporânea**: livro texto. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 181-198.

TONELI, M. J. F. Paternidade em contextos urbanos: entre o dever e o prazer. In: FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S. **Saberes e fazeres de gênero**: entre o local e o global. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 257-270.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 189- 222.